

Centralização X Democracia: uma aproximação aos dilemas colocados pelas Revoluções Francesa e Russa

Fabio Luis Barbosa dos Santos¹

Introdução

O presente trabalho visa a uma aproximação entre as revoluções francesa e russa encetando uma reflexão acerca do dilema colocado pela necessidade de centralização política comum a ambos processos, mas que contribuem de maneira decisiva para gerar as circunstâncias que definirão o próprio limite de sua radicalidade histórica. Definimos um dilema como o impasse apresentado por uma situação onde a decisão se coloca difícil e irreversível, qualquer que seja o caminho escolhido. Assim, se a conjuntura de guerra e a miséria enfrentadas permitem o acirramento das contradições sociais que explodem com intenção construtiva no processo revolucionário, a resposta aos problemas franqueados exigirá medidas que, embora essenciais para preservar a revolução, paradoxalmente enfraquecem suas bases social, econômica e moral.

Dilemas da revolução

As revoluções francesa e russa, processos de uma radicalidade ímpar a seu tempo, viveram dilemas semelhantes, de que os principais quadros bolcheviques tiveram interessada consciência: em sua atuação revolucionária, procuraram superar os limites de uma experiência da qual se reconheciam, em vários sentidos, como tributários. Em que pesem as diferenças de contexto histórico e a singularidade das respectivas formações sociais, incidindo no padrão de luta de classes de cada situação, ambas revoluções viveram impasses decisivos trazidos de um lado por uma conjuntura internacional de guerra, e de outro, pela necessidade de centralização inerente à própria dinâmica da destruição e criação revolucionária. Aliás, são problemas que, expostos na sua forma mais aguda nestas duas experiências históricas, foram recolocados de maneira mais ou menos dramática em todas as explosões revolucionárias de caráter popular desde então.

Nosso objetivo é fazer uma aproximação de como os governos revolucionários lidaram com estes dilemas a partir das possibilidades históricas que lhe estavam franqueadas. Na análise da Revolução Francesa, nos baseamos em três autores consagrados: Albert Mathiez, George Lefebvre e Albert Soboul². Embora apresentem diferenças quanto ao período abordado,

recorte enfatizado e nuances interpretativas, os três abordam a revolução como um feito social de consequências transcendentais, inserido na problemática histórica mais ampla da transição do feudalismo para o capitalismo e o estabelecimento da sociedade burguesa. A comparação com a experiência russa tomará como base o trabalho de Leon Trotsky, “A História da Revolução Russa”, relato minucioso legado por uma liderança protagonista do processo.³ Circunscrito aos acontecimentos de 1917, esta obra será complementada pela história da Revolução Russa indiretamente contada na trilogia escrita por seu principal biógrafo, Isaac Deutscher.⁴ O recorte bibliográfico explica-se pela freqüente remissão feita nestas obras à experiência anterior francesa, consequência da preocupação comum aos autores em compreender a essência do processo revolucionário. Ao escolhermos um problema da semelhante natureza para este trabalho, a escolha bibliográfica apresenta-se justificada.

Guerra e intervencionismo

a) França

Na França, a crise deflagrada inicialmente pela aristocracia, que pressionou pela convocação dos Estados Gerais, desencadeia um processo que se radicaliza progressivamente, levando à auto-proclamação da Assembléia Nacional que está determinada a limitar o poder real. Neste contexto, o recurso à intervenção externa emerge como estratégia da salvação monárquica.

No entanto, a guerra não será declarada pela monarquia francesa. Ao contrário, é a sua derrota progressiva, aterrorizando a realeza dos estados vizinhos, que os encoraja a se aliarem em uma frente reacionária. Deste momento até a última derrota de Napoleão, a França enfrentará sete coalisões de países contra-revolucionários. Paradoxalmente, é a prisão do rei em fuga em Varennes que explicitará o caráter anti-nacional (no sentido histórico recém atribuído ao termo) e anti-

¹Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

²Albert Mathiez, *História da Revolução Francesa*. Atena Editora, sem data e cidade; Georges Lefebvre. *1789 – O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989; Albert Soboul. *Précis d'histoire de la Révolution française*. Paris: Éditions Sociales, 1973.

³No Brasil, a obra foi publicada pela Editora Paz e Terra (Rio de Janeiro, 3 volumes, 1977) e recentemente, pela Editora Sunderman (2 volumes, São Paulo, 2007). Na elaboração deste trabalho utilizamos a edição francesa, traduzindo por nossa conta as citações.: León Trotsky. *Histoire de la révolution russe*. Paris: Éditions du Seuil 1950, 2 volumes.

⁴No Brasil, a trilogia foi recentemente republicada pela Editora Civilização Brasileira (“O Profeta Armado”; “O Profeta Desarmado”; “O Profeta Banido”. São Paulo: 2005/6). Neste trabalho, utilizamos a edição inglesa, traduzindo por nossa conta as citações: Isaac Deutscher. *The Prophet Armed (1879-1921)*.; *The Prophet Unarmed (1921-1929)*; *The Prophet Outcast (1929-1940)*. Londres: Oxford University Press, 1980.

popular da realeza. No estrangeiro, o impacto da detenção real precipitará as hostilidades militares, enquanto internamente pavimenta-se o caminho para a nova onda de manifestação popular, que culminará na adoção da república. O novo governo revolucionário realiza o julgamento que culmina com a condenação do rei à morte, sinal claro do radicalismo alcançado na França e que incendiará a reação europeia. Internamente, o julgamento do rei contribui para explicitar as hesitações da fração girondina dominante, alimentando seu descrédito e enfim, a sua queda. O terreno é franqueado para a ascensão da Montanha: a pressão popular leva à organização da ditadura jacobina, que assume como tarefa comandar a salvação pública. O esforço necessário para salvar a revolução constrange o segmento mais radical da burguesia, encarnado pelos jacobinos, a fazer concessões democráticas no sentido de ganhar a adesão voluntária dos *sans-culotte* e do campesinato à sua causa, levando o conteúdo da revolução liderada pela burguesia ao paroxismo.

O governo revolucionário tem sucesso na organização de um exército de base nacional, uma inovação histórica. Passa a reverter, a partir de Valmy, os reveses militares no exterior. Com isso, ganha legitimidade para a política de terror interno, uma reivindicação popular para enfrentar a reação. O esforço de guerra molda a um tempo a novidade do espírito nacional, dotado de um marcado conteúdo democrático, e uma “economia de guerra”, operada sobretudo no período da Convenção da Montanha e a política de salvação pública da ditadura jacobina. De um lado o recrutamento de massa; de outro o controle do Estado sobre a economia, sobretudo através do estabelecimento dos “máximos”.

O terror emerge como produto de uma situação revolucionária que precisa se proteger interna e externamente da ameaça contra-revolucionária. Para sustentar um exército forjado em bases nacionais necessário à defesa da revolução, o governo revolucionário é obrigado a fazer seguidas concessões democráticas, respondendo à pressão popular. O aguçamento da situação faz com que a posição da ditadura jacobina, comprometida por seu inelutável selo de classe, torne-se insustentável: a revolução deve radicalizar-se em um sentido democrático - o que exigiria a condução do processo por um ator histórico que não se apresenta - ou descambar para a guerra de conquista, selando o fim das concessões de caráter popular, mas preservando uma justificativa nacional para o conflito. Segundo Soboul, apoiado nas conclusões de Lefebvre, o que viabiliza a adesão e a extensão da guerra ao período napoleônico seria em larga medida um produto da revolução agrária, que aparece como uma transação entre a burguesia e a democracia rural - conservadora em seus efeitos - que é sobretudo a aliança em torno da defesa da propriedade. Os limites da revolução geram a base social e de classe do que será a reação.

Segundo Soboul, apoiado nas conclusões de Lefebvre, a adesão popular à guerra no período napoleônico seria em larga medida uma decorrência da revolução agrária, interpretada como uma transação entre

a burguesia e a democracia rural que teve efeitos conservadores, uma vez que alicerçou-se sobretudo na defesa da propriedade. Assim, os limites da revolução geram a base social e de classe do que será a reação.

b) Rússia

O papel da 1ª guerra mundial no acirramento das contradições da sociedade russa foi bastante evidente para os protagonistas da revolução. O fracasso militar explicitou o atraso do regime czarista em relação às outras potências do continente, ao mesmo tempo em que a guerra agravou de maneira dramática as condições de vida já miseráveis do grosso da população, submetida ainda ao recrutamento e portanto ao sacrifício compulsório e incompreensível seja em casa, seja no *front*. Nesta perspectiva, a guerra contribuiu de maneira decisiva para acelerar o movimento de massas e o enfrentamento do Antigo Regime. Uma vez derrocado o czar em fevereiro de 1917, as ambigüidades do governo que o sucedeu em relação à uma guerra que o povo não queria lhe foram fatais, levando à radicalização do processo. O conflito europeu no qual a Rússia foi envolvida mas também se envolveu, cumpriu um papel didático subjetivo e objetivo, levando as massas à consciência da distância entre os interesses das classes dominantes e as necessidades da população, ao mesmo tempo em que aguçou as condições de miséria e morte do povo empurrando-o ao desespero, que o partido bolchevique soube canalizar em um sentido revolucionário.

Triunfante a revolução de Outubro, o governo soviético perseguiu a paz. Foi obrigado a enfrentar não apenas a intransigência e a belicosidade irrefreáveis do governo alemão, que viria a causar considerável dano militar apesar dos esforços de Brest-Litovsk, mas muito mais grave: as potências estrangeiras, igualmente assombradas diante do risco de uma vitória comunista, deram seqüência ao conflito em território russo, invadido por ao menos oito exércitos diferentes. A agressão internacional colocou a revolução diante da imensa tarefa de organizar o exército popular, ou seja, dar escala continental ao exército vermelho que devia enfrentar não apenas a contra-revolução branca que pululava, mas as forças estrangeiras que lhe apoiavam.

A guerra, que acirrou as contradições da sociedade russa desembocando na Revolução de Outubro, causava agora uma devastação inaudita, a despeito da atitude pacifista do novo governo. Diante desta realidade, os primeiros passos da construção da nova sociedade eram condicionados por uma dinâmica de sobrevivência, reativa à situação que se colocava. A guerra precipitará não apenas a centralização indiscutível do partido bolchevique, em prejuízo das disposições democráticas de suas principais lideranças, como também obrigará a perseguições políticas em uma escala e intensidade imprevistas. A brutalidade do confronto militar conduz a revolução a uma senda aparentemente inevitável, que engendra ao mesmo tempo as condições que resultarão no seu estancamento após o esmagamento da reação: aniquilamento dos quadros mais combativos do partido e desfiguramento da classe operária que lhes

forjara; devastação do território e da base produtiva, rebaixando dramaticamente o ponto de partida material da revolução. A carestia justificará a continuidade de uma economia de guerra, perpetuando uma dinâmica política centralizada que dá ampla margem para a perseguição política. Assim, o partido se descola da classe que lhe dera as rédeas, abrindo espaço para a ascensão de um personagem que maneje o controle da máquina partidária, que por sua vez controla o governo e portanto, o país. Os limites da revolução aparecem condicionados pela própria dimensão dos desafios que teve de enfrentar, ainda no berço, para a sua consolidação.

Assim, se a guerra acelerou a luta de classes e forjou uma coesão nacional em torno à defesa da revolução, por outro lado abreviou de maneira inelutável o alcance da obra revolucionária desencadeada.

Contraste

Ambas revoluções tem seu radicalismo freado pelas distorções sociais inerentes a uma economia e uma sociedade voltados para a salvação pública, que nas circunstâncias, significou a defesa da revolução. No caso francês, as seguidas ondas de pressão popular causam concessões sociais que, por um lado, radicalizam o caráter popular do processo, mas incapaz de ir além do selo de classe congênito à liderança burguesa, termina por engendrar o apoio camponês e a consolidação burguesa que levará à contra-revolução. Na Rússia, o esgotamento das energias revolucionárias, seja do ângulo dos quadros políticos e da classe operária, seja do ponto de vista material, ocasionado pelo prolongamento indesejado do conflito militar, condicionará os limites de um processo que parecia sem limites, na medida em que a condução revolucionária (o partido) se descola da classe social que a produziu. Não havendo classe capaz de produzir a reação antipopular (Trotsky desconfiava do exército) esta foi gerada no próprio seio do novo grupo ascendente.

Padrões do processo revolucionário

a) dualidade de poderes

Na análise de Trotsky, a questão da dualidade de poderes é central aos dilemas vividos pela revolução. Reflexo de uma situação social crítica onde o novo ainda não reuniu forças para irromper destruindo o velho, mas o velho também não encontra meios de sustentar a dominação anterior, a natureza instável da dualidade de poderes é transitória por natureza, clamando por uma solução centralizadora, seja na direção da revolução ou do seu contrário: *“A necessidade da ditadura característica tanto das revoluções como das contra-revoluções procede das contradições intoleráveis advindas da dualidade de poderes.”*⁵

Analisando a situação colocada pela Revolução Francesa, o líder russo observa que a Assembléia Constituinte, liderada pela elite do Terceiro Estado, concentra o poder sem suprimir totalmente as prerrogativas do poder real. Esta dualidade persiste até a fuga do rei e é liquidada formalmente com a proclamação

da República. Uma nova dualidade de poderes é instalada antes da chegada da guerra e da guilhotina, quando entra em cena a Comuna Insurrecional de Paris⁶, que se apoia nas camadas inferiores do Terceiro Estado e disputa o poder com os representantes da nação burguesa, ao mesmo tempo em que, no campo, ascende a insurreição camponesa contra a legalidade burguesa que protege a propriedade feudal.

Segundo Trotsky, a Comuna revolucionária se opõe à Assembléia legislativa e depois à Convenção, que retardam a realização das tarefas revolucionárias, em um processo onde cada uma das etapas se caracterizou por uma dualidade de poderes claramente delineada, e os pólos da luta em curso se empenhavam em estabelecer uma autoridade única e forte, seja defensivamente no caso da direita, ou ofensivamente no campo da esquerda. A partir do 9 termidor, sucessivas guerras civis marcam o descenso do empuxe revolucionário, como havia seguido a sua ascensão, em um contexto onde a sociedade nova busca um novo equilíbrio de forças, sempre nos marcos de uma dualidade de poder.

Diante da situação russa, Trotsky recupera a experiência da Revolução Francesa, ao analisar a dualidade de poderes colocada pela ascensão política dos sovietes, acelerada vertiginosamente após a Revolução de fevereiro. Identifica na extrema instabilidade característica da situação revolucionária um magnetismo social que tende à solução centralizadora, seja para a direita ou para a esquerda: *“Toda sociedade de classes precisa de uma unidade de designio governamental. A dualidade de poderes é, em sua essência, um regime social de crise (...)”*.⁷ Percebe na experiência revolucionária a recorrência do que chama as “jornadas de julho”, coincidentemente ocorridas no mesmo mês na França em 1791 e na Rússia em 1917, como prefiguração do momento decisivo de superação da crise, que em geral se faz em um sentido reacionário. Explica a natureza desta jornada de lutas, que chama de uma “meia-revolução complementar,” pela própria dinâmica do movimento revolucionário: neste estágio inconclusivo, as massas acreditam ter força para retificar o processo em curso enquanto a burguesia espera o momento adequado para promover uma restauração violenta da ordem.

Não foi o caso das jornadas de julho de 1791 na França nem em julho de 1917 na Rússia. No primeiro caso, o massacre promovido por La Fayette sobre a manifestação pacífica no Campo de Marte revelou-se incapaz de deter o movimento republicano. Na Rússia, a tentativa de investir o governo Kerensky de poderes ilimitados, colocando-o acima da burguesia e da democracia em um esforço de cunho bonapartista fracassou, gerando o golpe frustrado liderado por Kornilov, que acelerou o processo a ser consumado em outubro.

⁶A partir da queda da Bastilha em 14 de julho de 1789 é estabelecido um governo municipal dos revolucionários na capital francesa, que em 1792, na iminência da invasão estrangeira, se converte na Comuna Insurrecional de Paris. Este organismo foi uma expressão política da radicalização da revolução, e a derrota dos jacobinos em 1794 precipitou o seu fim. Não deve ser confundida com a famosa Comuna de Paris de 1871.

⁷Trotsky, op. cit. vol. 1, p. 91. Tradução do autor do texto.

⁵Trotsky, op. cit. vol. 1, p. 256. Tradução do autor do texto.

b) jacobinismo e bolchevismo

Triunfante a Revolução, os limites do governo revolucionário são dados pela classe social que lhe dá sustentação e sentido. Neste ponto, Trotsky traça uma diferenciação nítida entre a potencialidade jacobina e a social-democracia antes mesmo da formação do partido bolchevique, determinada pela evolução da conjuntura histórica.⁸ No século XX, os social-democratas podem e devem livrar-se de seus traços de jacobinismo, identificado com o radicalismo burguês. Este ponto seria crucial na determinação do caráter do governo revolucionário bolchevique em contraste com a experiência jacobina. Sintonizado com a classe revolucionária de seu tempo, não haveria lugar para a guilhotina na revolução operária, cujo materialismo encontrava-se em franca oposição com o idealismo jacobino.⁹

Fundamental na concepção de Trotsky sobre o caráter do governo revolucionário é o seu controle direto pela classe que o forjou. Na sua visão, uma classe operária capaz de exercer a ditadura sobre o conjunto da sociedade não tolerará a ambição de um ditador que busque se impor sobre si: nisto reside o limite da centralização operada pela ditadura do proletariado. O problema adiantado por Trotsky é se, uma vez feita a revolução, a classe operária não é capaz de exercer sua ditadura sobre a sociedade. Então, advém o risco do “substitutismo”: *“A organização de um pequeno comitê substitui o partido; então o Comitê Central substitui a organização; e finalmente um ditador substitui o Comitê Central.”*¹⁰

c) centralização e terror

Ocorre precisamente este quadro na Revolução Russa. Já em 1921 a classe operária, exaurida pela revolução e a guerra civil, mostrava-se incapaz de exercer sua ditadura sobre a sociedade. Esta não é uma situação nova, uma vez que a conjunção de revolução e guerra civil pressiona para a decomposição social da classe revolucionária. Mas a radicalização do centralismo que deriva desta situação extrema contém um potencial letal demonstrado pela experiência francesa, segundo Deutscher:

Por causa da desintegração do Terceiro Estado, a base social da revolução estreitou-se e o poder era exercido por cada vez menos pessoas. Eleição era substituída por nomeação. Este processo estava avançada antes do golpe Termidoriano; foi Robespierre quem o aprofundou e então tornou-se sua vítima. Primeiro foi a exasperação popular com a fome e a miséria que não permitiu aos Jacobinos confiar ao voto popular o destino da revolução; então a gestão arbitrária e terrorista dos Jacobinos conduziu o povo à indiferença política; e isto permitiu aos Termidorianos destruir Robespierre e o partido Jacobino.¹¹

Trotsky, que em coerência com a sua análise sempre advogara a livre competição de idéias no interior do partido, é levado pela urgência das circunstâncias a proclamar o direito do partido estabelecer sua tutela sobre o proletariado, assim como sobre o conjunto da sociedade.¹² Entretanto, a violência da reação interna e estrangeira revelava uma complexidade imprevista ao governo revolucionário, levado a recorrer a um “terror” que acreditava possível evitar, considerada a afinidade da revolução operária com seu tempo histórico. Esta não era uma escolha de princípio político, mas ditada pela circunstância objetiva, que dizimara a base operária já estreita da Revolução. O recurso à ditadura e ao “terror” premido pela objetividade da situação não era original e revela-se uma característica do processo revolucionário em geral.

A ditadura de um partido no momento em que fragiliza-se o seu lastro com a classe operária, acentuando a vigilância social em função da própria debilidade da classe que o sustenta, gera uma situação imprevista, aproximando os bolcheviques dos jacobinos. Segundo Deutscher, reeditava-se a idéia jacobina de uma minoria virtuosa e iluminada que substituíra um povo imaturo com a pretensão de trazer a razão e a felicidade.

O que o Jacobinismo e Bolchevismo tiveram em comum foi o substitutismo. Cada um dos dois partidos se colocou na cabeça da sociedade mas não podia contar com o apoio voluntário da sociedade para a realização do seu programa. Como os Jacobinos, os Bolcheviques não podiam confiar que a sua *Vérité* conquistasse os corações e as mentes do povo (...) Eles também tiveram que traçar uma linha rígida dividindo eles do resto do mundo (...) e eles também a estavam traçando “com a ponta da guilhotina...”¹³

A arena política abria-se inadvertidamente para o “substitutismo” que antevira Trotsky, trazendo implícito o perigo de uma ditadura pessoal.

Conclusão

Segundo Trotsky, a revolução é uma resposta bárbara para uma situação bárbara. A intransigência com que as classes dominantes ameaçadas pela insurgência defendem o estado de coisas, amparada pelo conservadorismo internacional militante que não hesita em intervir para salvaguardar o passado, coloca qualquer projeto de governo revolucionário ante um dilema, entre a centralização necessária e a democratização ensejada.

Longe de ser um acontecimento pontual, o processo revolucionário deita raízes na história. Seu motor são as contradições estruturais inerentes a uma sociedade de classes que se acirram com o tempo, produzindo uma alteração na qualidade destas relações causando, que a contradição se transforme em antagonismo, ou seja: uma incompatibilidade de contrários. A crise manifesta-se no tecido social na forma de uma conjuntura revolucionária, que pode resultar ou não em uma situação revolucionária, dependendo

⁸Deutscher, op. cit., vl 1, p. 91.

⁹Referindo-se ao idealismo jacobino, Deutscher escreve: “Eles não pouparam hecatombe humana alguma para construir o pedestal para a sua Verdade... A contrapartida da sua fé absoluta em uma idéia metafísica era sua absoluta desconfiança das pessoas vivas.” Deutscher, op. cit. vl 1, p. 90. Tradução do autor do texto.

¹⁰Apud: Deutscher, op. cit., vl 1, p. 95. Tradução do autor do texto.

¹¹Deutscher, op. cit. vl 2 p. 436. Tradução do autor do texto.

¹²Deutscher, op. cit., vl. 2, p. 521

¹³Deutscher, op. cit., vl. 2, p. 347. Tradução do autor do texto.

principalmente da maturidade política dos atores sociais envolvidos. O desenlace da crise tampouco se faz de um golpe só: na realidade, a revolução constitui uma seqüência mais ou menos prolongada de espasmos sociais mais ou menos agudos, no sentido da mudança social.¹⁴

No caso francês, de acordo com a análise proposta por Lefebvre, observamos uma revolta aristocrática atropelada pela ascensão burguesa. A convocação dos Estados Gerais e a proclamação da Assembléia Nacional abrem as comportas das energias populares, que incidem na radicalidade do processo, garantindo em um primeiro momento o triunfo burguês, mas pressionando o desenrolar dos acontecimentos em um sentido progressivamente democrático. Assim, à Assembléia Constituinte segue-se a fuga do rei capturado em Varennes, a precipitação da guerra e a proclamação da república, produto do aguçamento da conjuntura. Ao vacilar na realização do projeto revolucionário, a Convenção Girondina é premida até ser derrubada pela onda popular, cedendo passo à Convenção da Montanha e à Ditadura Jacobina de salvação pública. Decisiva na crescente radicalização do processo foi a participação camponesa, embora o compromisso feito em torno à garantia da propriedade privada tenha selado, segundo Lefebvre, uma aliança conservadora que seria fundamental para a sustentação da contra-revolução que seguiria o golpe de Termidor.

Na Rússia, a revolução de 1905 é vista pelos bolcheviques como o ensaio geral dos acontecimentos de 1917. A derrocada da monarquia em fevereiro, precipitada pela miséria agravada em um contexto de guerra, abriu espaço para um governo de compromisso. A despeito do caráter popular do movimento que derrubou o czar, as forças revolucionárias não estavam preparadas para tomar o poder, que passou às mãos de um governo cuja ambivalência mal disfarçava seu caráter contra-revolucionário. As dificuldades da guerra e a miséria social generalizada, enfrentadas com pusilanimidade pelo novo governo ao mesmo tempo em que reprimia as energias populares, foram radicalizando paulatinamente o povo russo, sobretudo operários e camponeses, muitos deles recrutados pelo exército. O prestígio dos soviets, legado da revolução de 1905, crescia e com isto o seu poder. Estavam lançadas as bases para uma dualidade de poderes que sobreviveria às jornadas de julho e ao golpe militar de Kornilov, onde se revelaria a força do campo popular em contraste com a impotência governamental. O assalto ao palácio de Inverno realizado em fins de outubro custaria pouco sangue. A tomada do poder fora preparada por décadas, sobretudo através da dedicação abnegada dos quadros bolcheviques, que se transformam em maioria nos soviets apenas poucos meses antes do desenlace definitivo da primeira revolução operária.

O sucesso subsequente da Revolução em relação à radicalidade das demandas da qual se faz portadora é colocado em xeque nas duas experiências pela violência da reação contra-revolucionária. A centralização do

poder político, a economia de guerra e a perseguição implacável dos inimigos da revolução se impõem, à despeito das pretensões de seus protagonistas. Porém, como observamos na análise combinada de Trotsky e Deutschner, a ditadura da necessidade selará, em um caso como no outro, os limites da Revolução.

No caso francês, as crescentes concessões democráticas do governo revolucionário objetivando sedimentar a coesão necessária à formação de um exército de bases nacionais, concorreram para acentuar a contradição entre o radicalismo popular e a classe social encarnada por seus governantes. Incapaz de superar os limites da classe que lhes gerara, os jacobinos são arrancados do poder pela reação, que se viabiliza em meio à apatia social engendrada pelo terror e o pacto com os camponeses em torno à propriedade, ambos frutos do próprio regime revolucionário.

No caso russo, o esforço de guerra seguido por anos de confronto civil deu a tônica da economia de guerra e da ditadura do proletariado assumidos pelo governo revolucionário. Engendrou-se um regime de acentuada centralização política, em uma circunstância onde o esgotamento da classe operária provocou o descolamento do partido de seu lastro de classe, gerando as condições para o “substituísmo” e a sobreposição do partido sobre o Estado, como máquina à serviço de uma ditadura pessoal.

O dilema consiste em calibrar entre a tensão social gerada por uma revolução recente, e a necessidade que esta apresenta por sua própria natureza inovadora de arejar-se para intuir e perseguir o novo. A rigidez forçada pela ameaça permanente de contra-revolução, alimentada com persistência a partir do exterior, recoloca o problema do internacionalismo revolucionário em bases materiais e também sociais. Em última análise, o fracasso da revolução mundial no crepúsculo da Primeira Guerra ou da centelha republicana no outono do absolutismo, condenaram estas experiências pioneiras não apenas materialmente, mas também do ponto de vista da democracia necessária à sua própria renovação política. A agressiva hostilidade internacional, aliada ao conservadorismo imanente a uma sociedade recém-revolucionada, concorreram para o surgimento de Stálin e Napoleão, cristalização política dos limites encontrados pelo mundo novo que irrompera.

Artigo recebido em 08/12/2010

Aprovado em 19/04/2011

¹⁴Ver: Florestan Fernandes, *O que é revolução?* Em: *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. V. I. Lênin. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.